

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.089 - AP (2018/0333653-0)

AGRAVANTE : ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADOR : HÉLIO RIOS FERREIRA E OUTRO(S) - AP001495B
AGRAVADO : AROLDO FLEXA DO NASCIMENTO
ADVOGADO : FRANCK ALMEIDA E OUTRO(S) - AP000648

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DO AMAPÁ, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, assim ementado:

CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. DIÁRIAS. RECONHECIMENTO EQUIVOCADO DA DECADÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRAZO PREVISTO NA LEI ESTADUAL Nº 066/1993. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.

1) Em observância ao princípio da especialidade, o prazo prescricional a ser observado, para que servidores do estado do Amapá possam pleitear administrativamente o recebimento de questões relativas à esfera patrimonial e critérios resultantes da relação de trabalho, é de 05 (cinco) anos, previsto no art. 128, I, da Lei Estadual 066/1993, e não o de 01 (um) ano previsto no Dec. nº 20.910/1932. Precedente TJAP;

2) Recurso provido e sentença anulada.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Na origem, trata-se de ação de cobrança, proposta por servidor militar estadual em desfavor do Estado do Amapá, requerendo a percepção de verbas de natureza indenizatória (diárias), devida em virtude de seu deslocamento temporário para localidade diversa da sede de suas atribuições, a fim de participar de Curso de Formação de Sargento.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 55.255,40 (cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).

O juízo de primeira instância julgou a demanda improcedente. Em grau de apelação, o TJAP anulou a sentença ao fastar a decadência reconhecida em primeira instância, nos termos da ementa acima transcrita.

No recurso especial, o recorrente aponta violação do art. 535 do CPC/73 (atual 1.022 do CPC/15).

Argumenta que:

A razão de decidir se pautar na inaplicabilidade da Lei Orçamentária Anual, não podendo, portanto, escusar-se o colegiado de segundo grau da obrigação de apreciar os próprios fundamentos do acórdão que reconheceu a aplicabilidade da lei Orçamentária Anual, mesmo diante de interposição de

embargos de declaração. Bem como, de que o lucro real foi inferior ao presumido no mês de janeiro de 2014, só podendo complementar o duodécimo no curso do trâmite do presente mandamus.

Não se trata de simples reexame de prova, mas de adequação da decisão ao direito do recorrente conforme os fatos já provados nos autos do processo, corrigindo-se o erro de valoração cometido pelo Tribunal a quo. Na lição de Araken de Assis (Manual dos Recursos, 2ª ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 784 e 785.), isso significa que:

(...)

O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, em caso análogo trazido pelo recorrente nos embargos de declaração, já decidiu que o cumprimento da ordem mandamental justificadamente importa em extinção do processo sem resolução de mérito por perda superveniente do objeto. Entretanto, mesmo diante da demonstração desse fato no corpo do recurso de embargos de declaração, o Tribunal de Justiça não supriu sua omissão em tratar do descumprimento da autoridade coatora por impossibilidade material, ou seja, ausência de receita compatível com o repasse. Nem muito menos, como já decidiu outras vezes, o Tribunal sanou a contradição entre o fundamento e o dispositivo do Acórdão.

Inclusive, o Recorrente suscitou nos embargos de declaração a necessidade de uniformizar a jurisprudência do Tribunal a quo, uma vez que decidir em casos análogos de forma diferente fere o princípio constitucional da segurança jurídica, este que é norteador das condutas dos administrados e da Administração Pública. (fls. 354-356)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula nº 284/STF.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

Parecer do MPF pelo não conhecimento do recurso, ante a incidência da Súmula nº 284/STF.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Não merece reparos o acórdão ora recorrido.

Com efeito, o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, entendeu pela inaplicabilidade do Decreto nº 20.910/32, ante a existência de legislação local específica, qual seja, a Lei Estadual nº 066/1993. Assim, anulou a sentença e determinou o retorno dos autos à instância de origem para

novo julgamento.

Daquele julgamento, o Estado do Amapá opôs embargos declaratórios (fls. 329-332), objetivando a discussão acerca de eventual decadência do direito do autor, de modo a prequestionar a matéria.

O TJAP rejeitou os embargos opostos (fls. 338-342).

O Estado do Amapá interpôs agravo regimental contra a decisão de fls. 338-342, em que repisa os argumentos dos embargos declaratórios, de modo a se discutir eventual decadência do direito do autor, tendo sido improvido às fls. 343-346.

Todavia, em recurso especial, o Estado do Amapá alega violação ao art. 1.022 do CPC/15, alegando que o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca "do descumprimento da autoridade coatora por impossibilidade material, ou seja, ausência de receita compatível com o repasse" (fl. 356).

Como pode se verificar, o Estado do Amapá aponta discussão estranha ao processo e não ventilada em qualquer instância, de modo a evidenciar a deficiência recursal, atraindo a incidência da Súmula nº 284/STF, *in verbis*:

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator